



07/março/2016

Ao: Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês

At.: Sr. Semne Farah Junior

Ref.: Relatório dos Auditores Independentes nº AUD0154/2016

Prezado senhor,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.S^{as}. as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015 do Instituto de Reponsabilidade Social Sírio Libanês, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Atenciosamente,

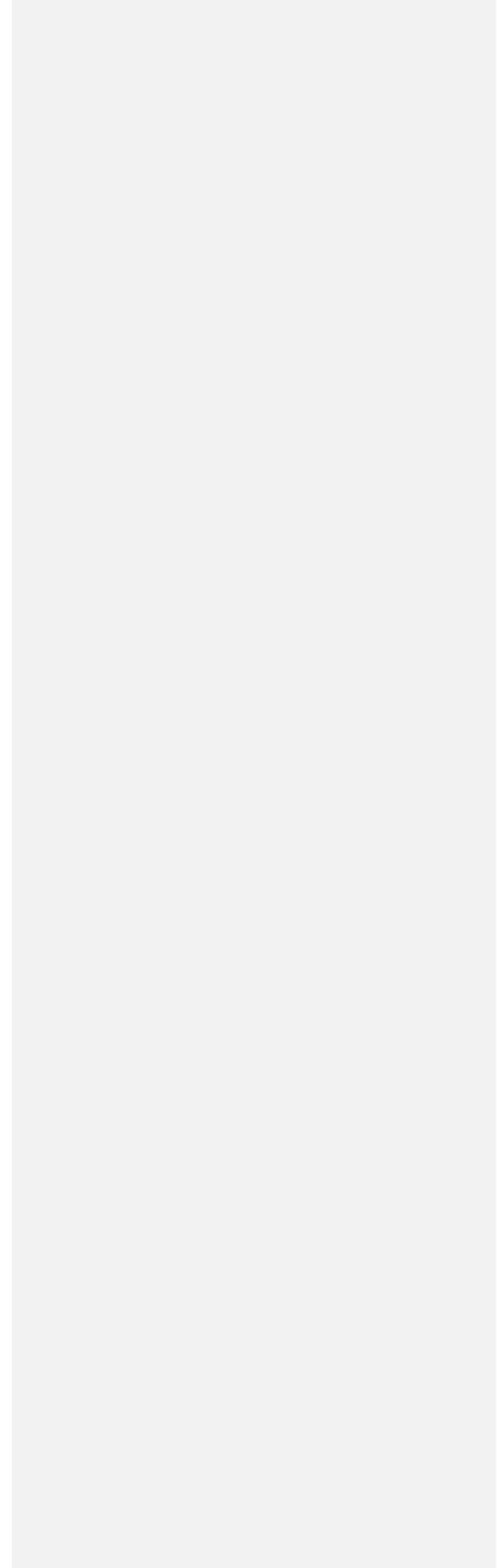
Octavio Zampirolo Neto
Sócio de auditoria



Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês

Demonstrações contábeis acompanhadas do
Relatório dos Auditores Independentes

Em 31 de dezembro de 2015





Índice

	Página
Relatório dos auditores independentes	3
Demonstrações contábeis	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014	11

Relatório dos auditores independentes

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Paulista, 37 – 1º andar
Edifício Parque Cultural Paulista | Bela Vista
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100
www.granthornton.com.br

Aos
Conselheiros e Diretores do
Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nesta avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia destes controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem ressaltar nossa opinião, conforme discutido na Nota Explicativa nº 1.1, chamamos a atenção para o fato de que o Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês incorreu em um déficit de R\$2.840.155 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e que, naquela data, apresentava patrimônio social negativo de R\$ 26.356.780 e passivo circulante excedente ao ativo circulante de R\$20.472.795. Desta forma, o Instituto possui dependência significativa da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo para custeio do citado patrimônio líquido negativo e manutenção de suas atividades. As demonstrações contábeis do Instituto em 31 de dezembro de 2015, que assumem a manutenção do custeio pelos citados órgãos governamentais, não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de o Instituto continuar operando. Nossa opinião não está sendo modificada em função deste assunto.

Outros assuntos**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações contábeis do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas, cujo relatório, datado de 31 de março de 2015, continha parágrafo de ênfase referente à continuidade do Instituto.

São Paulo, 04 de março de 2016.

Octavio Zampirolo Neto
CRC 1SP-289.095/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês (“Instituto”) é uma entidade constituída em 14 de abril de 2008, sem fins econômicos ou lucrativos, com sede à Rua Peixoto Gomide nº 337, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0001-32.

Em 15 de julho de 2008, foi reconhecido pela Secretaria Municipal de Gestão como Organização Social de Saúde no Município de São Paulo e, em 30 de novembro de 2009, como Organização Social de Saúde pela Secretaria Estadual de Gestão Pública, podendo, assim, efetuar parcerias junto aos Órgãos Públicos Municipais e Estaduais.

Convênios com a Prefeitura de São Paulo

O Instituto mantém três convênios com a Prefeitura de São Paulo, por meio dos quais efetua o gerenciamento de Assistências Médicas Ambulatoriais (AMA) e Unidade de Saúde da Família (ESF), sendo elas:

AMA Peri-Peri

Localizada na Rua João Guerra, nº 247 - Jardim Peri-Peri. Contrato de Convênio nº 072/08 firmado em 29 de julho de 2008 com a Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Saúde, prevê a gestão até 31 de dezembro de 2008, prorrogado até 30 de junho de 2016, conforme Termo Aditivo N° 12/2016, sendo o valor do repasse estimado até 30 de junho de 2016 no montante de R\$ 3,2 milhões.

AMA Especialidades Santa Cecília

Localizada na Rua Vitorino Carmilo, nº599 - Santa Cecília. Contrato de Convênio nº 074/08 firmado em 12 de agosto de 2008 com a Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Saúde, prevê a gestão a partir de 31 de dezembro de 2008, prorrogado até 30 de junho de 2016, conforme Termo Aditivo N° 15/2016, sendo o valor do repasse estimado até 30 de junho de 2016 no montante de R\$5,9 milhões.

Programa Estratégia da Saúde da Família

Contrato de Convênio nº 003/2011 firmado em 14 de abril de 2011 com a Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Saúde, prevê a gestão a partir de 14 de abril de 2011, até 31 de dezembro de 2011, prorrogado até 30 de junho de 2016, conforme Termo Aditivo Nº 08/2016, sendo o valor do repasse estimado até 30 de junho de 2016 no montante de R\$8,5 milhões.

Contratos de Gestão com a Prefeitura e Governo de São Paulo**Hospital Municipal Infantil Menino Jesus**

Localizado na Rua dos Ingleses, nº 258 - Bela Vista. Contrato de Gestão nº 013/2008-NTCSS-SMS celebrado com a Prefeitura de São Paulo em 15 de outubro de 2008, por meio da Secretaria Municipal da Saúde, prevê a gestão a partir de 1º de janeiro de 2009, por 3 anos, renovado por mais 3 anos a partir de 1 de outubro de 2011, conforme Termo Aditivo Nº 06/2011. Prorrogado até 30 de junho de 2016 conforme Termo Aditivo Nº 24/2015, sendo o valor do repasse estimado até 30 de junho de 2016 no montante de R\$ 20,9 milhões.

Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú)

Localizado na rua Francisco Octávio Pacca, no. 180, Grajaú. Em 15 de dezembro de 2011 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 001.0500.000.066/2011 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, assumindo a gestão a partir de 1º de janeiro de 2012, por 5 anos. O valor do repasse estimado para 2016 é de R\$133,6 milhões.

AME Interlagos

Localizada na Rua Artur Nascimento Júnior, nº 120 - Interlagos. Contrato de gestão nº 001.0500.000.070/2011, firmado em 15 de dezembro de 2011 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, prevê a gestão a partir de 1º de janeiro de 2012 por 5 anos. O valor do repasse estimado para 2016 é de R\$13,1 milhões.

Lucy Montoro

Localizada na Avenida Professor Adib Chaib, nº 1.001 - Mogi Mirim (Unidade de Reabilitação Lucy Montoro de Mogi Mirim). Contrato de Gestão nº 001.0500.000.002/2014 firmado em 2 de maio de 2012 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, prevê a gestão a partir de 2 de maio de 2012 por 5 anos. O valor do repasse estimado para 2016 é de R\$ 6,1 milhões.

Hospital Regional de Jundiá

Localizado na Rua Campos Sales, nº 371, Vila Boavista, Jundiá. Contrato de Gestão nº 001.0500.000025/2014 firmado em 11 de junho de 2014 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, prevê a gestão a partir de 12 de junho de 2014 por 5 anos. O valor de repasse estimado para 2016 é de R\$ 30,1 milhões.

Em função de o Instituto ser responsável apenas pela gestão dos hospitais, os ativos imobilizados relacionados às unidades de saúde ficam sob responsabilidade do ente público.

1.1. Plano da Administração do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês

O Instituto incorreu em um déficit de R\$2.840.155 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e que, naquela data, apresentava patrimônio social líquido negativo de R\$26.356.780 e passivo circulante excedente ao ativo circulante de R\$ 20.472.795. Embora apresente patrimônio social negativo em 31 de dezembro de 2015, a Administração do Instituto entende que este é mero gestor e não tem responsabilidade objetiva pelos déficits, pois cabe ao Estado/Município lhe repassar ou não as verbas acordadas. Há hipótese de o Instituto optar por rescindir os contratos e transferir os déficits ao Ente Público, não afetando a continuidade de suas operações.

A seguir apresentamos as principais informações relacionadas aos planos da Administração:

- (a) O contrato de gestão do Instituto com a Secretaria de Estado da Saúde – SES, para gerenciamento do Hospital Geral do Grajaú, teve seu valor revisto para o exercício de 2016, através do T.A. 01/2016, passando de R\$11,05 milhões para R\$11,13 milhões mensais;
- (b) O contrato de gestão com a Secretaria Municipal da Saúde para gerenciamento do Hospital Municipal Menino Jesus teve seu valor revisto para o exercício de 2016, através do T.A. 24/2015, passando de R\$ 2,80 milhões para R\$ 3,49 milhões mensais;

Outras providências adotadas têm como foco a gestão do Hospital Geral do Grajaú, onde, em conjunto com a equipe do hospital, estão sendo revistos contratos, a extinção de alguns cargos/funções, bem como a revisão dos benefícios sociais aos trabalhadores. Adicionalmente, estuda-se a realização de processos de compras centralizados dos itens de consumo com maior relevância, para que haja aquisição em maior escala e, como consequência, negociações vantajosas junto aos fornecedores.

Quanto às provisões para cobertura de prováveis perdas em processos cíveis e trabalhistas, decorrentes do antigo gestor do Hospital Geral do Grajaú, no montante de R\$6.711.877 em 31 de dezembro de 2014 (R\$6.714.530 em 2013), existe um acordo tácito com a SES de que os processos transitados em julgado, com seus valores conhecidos, serão cobertos pela Secretaria, através de termo aditivo financeiro ao Instituto, não onerando o fluxo de recursos financeiros definido para o exercício.

Concomitantemente com estas ações, o Instituto tem aprofundado o conjunto de medidas, com vistas a sanar as finanças, conforme segue: negociação, junto aos fornecedores, das dívidas, com parcelamento dos valores, sem inclusão de encargos e alteração do prazo de pagamento dos novos fornecimentos de insumos para 90 dias após a entrega dos materiais.

A Administração do Instituto acredita que os planos acima mencionados trarão os benefícios esperados na equalização das obrigações de curto prazo e garantirão a continuidade das operações da entidade.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A presente demonstração contábil inclui dados não contábeis e dados contábeis, como operacionais e financeiros. Os dados não contábeis não foram objetos de auditoria e/ou outros procedimentos por parte dos auditores independentes.

A emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que evidenciam todas as informações relevantes próprias das mesmas, foi aprovada pela Gerência Financeira e pela Gerência Executiva do Instituto em 4 de março de 2016, que correspondem às informações utilizadas pelos respectivos órgãos na sua gestão.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, entre outros, a provisão para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 14) e a mensuração de instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 28).

2.2. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir:

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente pelo Instituto em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa e saldos positivos em conta movimento.

Os recursos financeiros que o Instituto possui, mas que estão vinculados a projetos, são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão.

Estoques

Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos nos hospitais. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acréscido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

Obrigações trabalhistas

Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

Provisão para demandas judiciais

O Instituto é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Apuração do resultado do exercício

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. Os repasses dos contratos de gestão/convênios são efetuados pelos governos geralmente no início do mês seguinte à competência.

Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o Instituto não registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários em decorrência de não ter efeito relevante nas demonstrações contábeis.

Gratuidades

O Instituto, em parceria com a Prefeitura municipal de São Paulo, oferece de forma gratuita para o SUS o Serviço de Ultrassom Morfológico, exames estes realizados nas dependências da própria Instituição e custeado de forma integral pela a mesma.

Os valores dos exames são mensurados a valor de mercado (Nota Explicativa no. 26).

Instrumentos financeiros**Ativos financeiros não derivativos**

O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais dele em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Instituto nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se, e somente se, o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Instituto. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e outros créditos.

Passivos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e contratos de gestão e convênios.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC e aprovado pelo CFC.

4. Novas normas contábeis

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2015

As novas normas, alterações e interpretações de normas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015 não geraram nenhum impacto significativo nas demonstrações contábeis do Instituto.

4.2. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2015

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis do Instituto. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que o Instituto de forma razoável espera que produzam, ou não, impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. O Instituto pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor e foram aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e Conselho Federal de Contabilidade.

- IFRS 9 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) – Instrumentos financeiros (Financial Instruments);
- IFRS 15 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) – Receita de Contratos com Clientes (Revenue from Contracts with Customers).

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor e que a Entidade espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis.

5. Recursos vinculados a projetos - contratos de gestão e convênios

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	7.827	1.148.745
Aplicações financeiras	3.274.094	8.788.080
	3.281.521	9.936.825

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Referem-se principalmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs). As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 81% a 100% do CDI.

6. Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios

	31/12/2015	31/12/2014
Recursos a receber de projetos – Hospital Geral do Grajaú	11.137.000	11.053.350
Recursos a receber de projetos – Hospital Menino Jesus	3.490.000	2.804.437
Recursos a receber de projetos – E.S.F	1.291.894	1.398.771
Recursos a receber de projetos – Lucy Monteiro	507.607	474.398
Recursos a receber de projetos – AMAS Peri-Peri	496.500	968.782
Recursos a receber de projetos – AMAE Santa Cecília	896.981	873.487
Recursos a receber de projetos – AMA Interlagos	1.147.823	1.114.391
	18.967.805	18.687.616

Referem-se às parcelas a receber de repasses para custeio e investimento, recebidas em janeiro do exercício seguinte. O Instituto mantém contratos de gestão e convênios com a Prefeitura de São Paulo e Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde, respectivamente (vide Nota Explicativa nº 1).

7. Estoques

	31/12/2015	31/12/2014
Medicamentos, materiais médicos-cirúrgicos e enfermagem	1.800.840	1.500.495
Gêneros alimentícios, rouparia, uniformes e outros	400.491	84.724
	2.201.331	1.585.219

8. Créditos diversos

	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamentos a funcionários	406.583	717.192
Outros créditos	54.726	106.677
	461.309	823.869

9. Imobilizado

	31/12/2014	31/12/2014
Móveis e equipamentos	115.961	-
Depreciação acumulada	(1.932)	-
	114.029	-

10. Fornecedores

	31/12/2015	31/12/2014
Nacionais	22.172.261	15.209.509
	22.172.261	15.209.509

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares.

Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	31/12/2015	31/12/2014
Vencidos	10.607.534	5.830.916
A vencer até 30 dias	7.119.324	4.628.358
A vencer de 31 a 180 dias	4.445.403	4.441.585
A vencer há mais de 180 dias	-	308.650
	22.172.261	15.209.509

Quanto aos fornecedores vencidos e não pagos, o Instituto passou a negociar junto aos credores no sentido de estabelecer um fluxo de pagamento parcelado da dívida, sem nenhuma inclusão de multas, juros e quaisquer outras taxas. O Instituto tem obtido êxito nestas negociações, escalonando o pagamento de suas obrigações, sendo que os parcelamentos propostos vêm sendo rigorosamente cumpridos.

11. Obrigações trabalhistas

	31/12/2015	31/12/2014
Salários e ordenados a pagar	6.216.833	6.009.403
Contribuições e encargos sociais	3.956.523	5.942.253
Provisão para férias e encargos sobre férias	12.212.357	13.851.344
	22.385.713	25.803.000

12. Obrigações tributárias

	31/12/2015	31/12/2014
IRRF	52.803	67.461
INSS pessoa física	39.801	28.556
ISS	35.203	50.499
PIS/COFINS/CSLL	420.509	263.797
INSS pessoa jurídica	154.573	179.817
IRRF autônomo	20.645	39.323
	723.534	629.453

13. Contratos de gestão e convênios

	31/12/2015	31/12/2014
Repasses para investimento e custeio	53.877	4.647.402
	53.877	4.647.402

O Instituto mantém contratos de gestão e convênios com a Prefeitura de São Paulo e Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde, respectivamente (vide Nota Explicativa nº 1).

14. Provisão para demandas judiciais

	31/12/2015	31/12/2014
Provisão para demandas judiciais	6.748.653	7.382.440
	6.748.653	7.382.440

O Instituto é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões cíveis e trabalhistas.

A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas como prováveis para os processos, nos montantes indicados a seguir:

	31/12/2013	Adições	Reversão	Pagamentos	31/12/2014
Trabalhistas	545.237	1.918.451	(112.103)	(258.138)	2.093.447
Cíveis	6.169.293	2.182.696	(3.062.996)	-	5.288.993
	6.714.530	4.101.147	(3.175.099)	(258.138)	7.382.440

	31/12/2014	Adições	Reversão	Pagamentos	31/12/2015
Trabalhistas	2.093.447	2.256.875	(1.811.491)	-	2.538.831
Cíveis	5.288.993	1.349.194	(2.428.365)	-	4.209.822
	7.382.440	3.606.069	(4.239.856)	-	6.748.653

O Instituto está envolvido em outros processos cíveis e trabalhistas surgidos no curso normal de suas operações, classificados por seus consultores legais com risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída. Os montantes destes processos, em 31 de dezembro de 2015 são: Trabalhista R\$ 6.438.645 e cíveis R\$ 24.712.666 (em 31 de dezembro de 2014 são: trabalhistas R\$4.451.337 e cíveis R\$15.872.815). Os principais temas trabalhistas abordados nesses processos versam sobre horas extras, adicionais de insalubridade, equiparação salarial, verbas rescisórias, dentre outros. Não são esperadas perdas no encerramento desses processos além dos montantes já provisionados. Os processos relacionados a natureza cível têm como principais discussões erros médicos, de diagnósticos, entre outros.

15. Patrimônio social

O Patrimônio social do Instituto é constituído por déficits acumulados. Conforme seu Estatuto Social, o Instituto deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, superávits e déficits dos exercícios são integralmente incorporados ao patrimônio social.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de extinção ou dissolução do Instituto, os bens que integram o seu patrimônio, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados ao patrimônio de outra organização social da mesma área de atuação ou ao patrimônio do órgão público ou instituição pública na proporção dos recursos e dos bens por ele alocados nos termos dos contratos de gestão.

Evolução do Patrimônio social

	31/12/2015	31/12/2014
Hospital Geral do Grajaú	(20.844.592)	(20.129.561)
Hospital Menino Jesus	(4.302.621)	(6.611.514)
Hospital Regional Jundiá	(4.564.998)	(1.815.109)
AME Interlagos	509.378	541.979
AMA E - Santa Cecília	(68.182)	(158.503)
AMAS - Peri Peri/ Piauí	(17.358)	(315.078)
Lucy Montoro de Mogi Mirim	376.990	2.119.405
Estratégia Saúde da Família	3.117.779	3.149.736
Matriz	(307.265)	(413.941)
	(27.100.869)	(23.632.586)

16. Receitas dos contratos de gestão - convênio Estadual

	31/12/2015	31/12/2014
Contrato Gestão Hospital Geral do Grajaú	137.223.849	136.040.200
Contrato Gestão - AME Interlagos	12.806.136	14.132.699
Contrato de Gestão - Lucy Montoro de Mogi Mirim	5.725.997	5.692.779
Contrato e Gestão – Hospital Regional Jundiáí	23.412.958	5.091.910
	179.168.940	160.957.588

17. Receitas dos contratos de gestão - convênio Municipal

	31/12/2015	31/12/2014
Contrato Gestão Hospital Menino Jesus	10.738.263	35.253.244
Convênio Programa de Saúde da Família	8.450.550	13.755.179
Convênio AMAE - Santa Cecília	38.726.208	10.171.893
Convênio AMAS - Peri Peri/Piauí	13.398.375	11.283.747
	71.313.396	70.464.063

18. Receitas com doações**a. Receitas com doações de materiais**

	31/12/2015	31/12/2014 (Reapresentado)
Hospital Geral do Grajaú	347.016	289.435
AME Interlagos	243	74
	347.259	289.509

As Receitas de doações de matérias são referentes a doações de medicamentos e Kits distribuídos pelo estado (Kit mãe Paulistana).

b. Receitas com doações monetárias

	31/12/2015	31/12/2014
Matriz	79.975	255.062
Hospital Menino Jesus	67.574	102.276
Programa de Saúde da Família	-	2.389
AME Interlagos	-	75
AMAE - Santa Cecília	-	188
AMAS - Peri Peri/Piauí	-	1.769
	147.549	361.759

As receitas de doações monetárias são oriundas de instituições privadas para ajuda no custeio das operações entre as unidades.

19. Isenção de INSS sobre cota patronal

Em 18 de setembro de 2015 o Instituto de Responsabilidade obteve o deferimento do seu pedido da certidão do CEBAS, no qual, a partir da publicação em diário oficial, iniciou-se o período de gozo da isenção de INSS patronal (20% sobre salário bruto), FPAS (5.8%), mais seguro contra riscos e acidentes RAT (2,16%), totalizando (27.96%), Esta isenção tem validade de 3 anos a contar da data da publicação 21 de setembro de 2015.

	31/12/2014	31/12/2014
Ordenados e salários de set/2015 a dez/2015	33.170.064	-
Isenção de INSS (27.8%)	9.274.350	-

20. Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos

	31/12/2015	31/12/2014
Pessoal	(136.794.905)	(132.741.219)
Encargos com a previdência social	(25.797.937)	(23.880.881)
Medicamentos e materiais de uso - paciente	(21.102.317)	(15.757.257)
Matérias de consumo diversos	(8.559.393)	(8.320.757)
Lavadeira e rouparia	(3.305.632)	(2.420.667)
Nutrição	(3.294.596)	(2.381.923)
Segurança e vigilância	(3.612.883)	(3.525.896)
Higiene e limpeza	(6.470.425)	(5.584.550)
Serviços médicos	(38.799.387)	(25.398.556)
	(247.737.475)	(220.011.706)

21. Utilidade pública

	31/12/2015	31/12/2014
Água	(1.577.928)	(1.114.596)
Energia elétrica	(2.893.049)	(1.378.626)
Gás natural	(297.485)	(347.906)
Combustíveis e lubrificantes	(35.730)	(14.743)
Telecomunicações	(663.557)	(615.849)
	(5.467.749)	(3.471.720)

22. Serviços profissionais

	31/12/2015	31/12/2014
Honorários advocatícios	(112.080)	(112.246)
Consultoria e assessorial	(1.676.069)	(1.556.465)
Suporte em infra-estrutura de TI	(813.685)	(719.031)
Manutenção e conservação	(1.930.410)	(1.473.800)
Auditoria Contábil	(36.893)	(130.582)
Serviços técnicos administrativos	(765.231)	(657.905)
Serviços diversos- pessoas jurídicas	(3.536.525)	(3.680.398)
	(8.870.893)	(8.330.427)

23. Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas

	31/12/2015	31/12/2014
Locação de equipamento	1.823.988	1.326.481
Despesas de Viagem	24.145	12.525
Uniforme / E.P.I	236.747	489.178
Locação de espaço	-	15.080
Compensação de investimento	1.787.542	4.664
Despesa institucional	1.507.670	1.698.241
Equivalência ressarcimento despesa	(1.507.670)	(1.698.241)
Arquivos e guardas de documentos	146.639	115.024
Despesas legais / fiscais/ para fiscal	145.513	444.391
Outras despesas (receitas)	128.309	256.035
	4.292.883	2.663.378

24. Despesas financeiras

	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	(101.296)	(214.368)
Taxas e custas	(1.983)	(1.087)
Imposto sobre operações financeiras	(215.875)	(174.933)
Juros incorridos	(52.018)	(131.297)
Multas	(18.153)	(77.561)
Outras despesas financeiras	(78.380)	(50.953)
	(467.705)	(650.199)

25. Receitas financeiras

	31/12/2014	31/12/2014
Descontos obtidos	17.931	140.763
Receita de aplicações financeiras	704.828	1.264.303
Variações monetárias	6.742	4.755
	729.501	1.409.821

26. Atendimentos gratuitos

	31/12/2015	31/12/2014
Ultrassom morfológico	351.918	96.865
Radiologia	-	8.210
	351.918	105.075

27. Quantidades de atendimentos realizados

	31/12/2015	31/12/2014
Ultrassom morfológico	1.026	307
Radiologia	-	30
	1.026	337

Devido a necessidade Operacional da Prefeitura de São Paulo, o Instituto realizou diversos exames de forma gratuita para a População.

O valor médio cobrado pelo mercado para a realização de tal exame e de R\$ 343 em 2015 e R\$ 312 em 2014.

Todos os exames foram realizados de acordo com a necessidade de cada especialidade.

28. Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 o Instituto não efetuou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2015 e de 2014), o Instituto está sujeito aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações a vencer, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto. O Instituto mantém discussões com os órgãos públicos para fins de garantir sua liquidez, principalmente com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, para buscar a equalização das obrigações assumidas na gestão do Hospital Geral do Grajaú.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Instituto incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do risco de perda nos recursos aplicados; porém, o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha.

Classificações contábeis e valores justos

Valor justo contra valor contábil

O Instituto entende que o valor justo dos ativos e passivos financeiros são equivalentes os valores contábeis abaixo apresentados:

31 de dezembro 2015	Nota	Designados ao valor justo	Recebíveis	Outros passivos financeiros	Total contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.200	-	-	1.200	1.200
Recursos vinculados a projetos - contratos de gestão e convênios	5	3.281.921	-	-	3.281.921	3.281.921
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	6	-	18.967.805	-	18.967.805	18.967.805
Outros ativos	-	<u>1.182.282</u>	-	-	<u>1.182.282</u>	<u>1.182.282</u>
Fornecedores	10	-	-	(22.172.261)	(22.172.261)	(22.172.261)
Contrato de gestão e convênios	13	-	-	(53.877)	(53.877)	(53.877)
Outras obrigações (incluindo outras contas a pagar)	11 e 12	-	-	(23.160.223)	(23.160.223)	(23.160.223)
		<u>4.465.403</u>	<u>18.967.805</u>	<u>(45.386.361)</u>	<u>(21.953.153)</u>	<u>(21.953.153)</u>

31 de dezembro 2014	Nota	Designados ao valor justo	Recebíveis	Outros passivos financeiros	Total contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.242	-	-	1.242	1.242
Recursos vinculados a projetos - contratos de gestão e convênios	5	9.936.825	-	-	9.936.825	9.936.825
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	6	-	18.687.616	-	18.687.616	18.687.616
Outros ativos	-	<u>942.146</u>	-	-	<u>942.146</u>	<u>942.146</u>
Fornecedores	10	-	-	(15.209.509)	(15.209.509)	(15.209.509)
Contrato de gestão e convênios	13	-	-	(4.647.402)	(4.647.402)	(4.647.402)
Outras obrigações (incluindo outras contas a pagar)	11 e 12	-	-	(27.546.283)	(27.546.283)	(27.546.283)
		<u>10.880.213</u>	<u>18.687.616</u>	<u>(47.403.194)</u>	<u>(17.835.365)</u>	<u>(17.835.365)</u>

29. Partes relacionadas

O Instituto não possui transações entre partes relacionadas e os membros do Conselho de Administração deliberativo não são remunerados.

30. Informações por projetos

As informações por projetos estão sendo apresentadas segregando os resultados do Instituto, bem como seus ativos e passivos, entre os projetos em andamento, descritos na Nota Explicativa no. 1.

Comentado [OZ1]: Para todas as tabelas desta nota, excluir números depois da vírgula e referenciar para ativo, passivo e resultado de 2015 e 2014 (valores e nomes das contas).

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015

Ativo	Matriz	Estratégia Saúde da Família	AMA Peri Peri Piauí	AMA Santa Cecília	Hospital Moinho Jesus	Lucy Monteiro - Mogi	Hospital Geral do Grajaú	AMEI Interlagos	Hospital Regional de Jundiaí	Ajuste de Combinação	Total
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	1.200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.200
Recursos vinculados a projetos - Contrato de gestão e convênios	219.389	807.977	239.876	666.751	94.522	377.082	25.550	742.698	108.077	-	3.281.921
Recursos a receber de projetos - Contrato de gestão e convênios	-	1.291.894	496.500	896.981	5.801.000	507.607	11.137.000	1.147.354	-	-	18.965.805
Estoques	-	-	-	-	541.847	-	1.097.527	31.299	530.657	-	2.201.331
Cédulas de bancos	113.997	2.637.133	198.881	30.607	306.202	48.529	248.385	183.523	19.782	(3.414.729)	461.336
Total do ativo circulante	334.585	4.737.003	935.256	1.594.339	4.522.572	933.217	12.508.461	2.104.348	658.516	(3.414.729)	24.913.366
Ativo não circulante											
Resultados a longo prazo	-	9.815	38.218	11.252	24.549	-	616.087	50.720	-	-	730.640
Débitos judiciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	114.029	-	-	-	-	-	-	-	-	-	114.029
Total do ativo não circulante	114.029	9.815	38.218	11.252	24.549	-	616.087	50.720	-	-	864.669
Total do ativo	448.614	4.746.818	973.474	1.605.590	4.547.121	933.217	13.124.549	2.155.064	658.516	(3.414.729)	25.778.235
Passivo											
Passivo circulante											
Fornecedores	25.249	46.386	26.557	231.284	3.003.649	44.110	14.631.286	139.282	4.024.400	-	22.172.261
Obrigações Trabalhistas	173.196	1.500.442	709.180	1.366.074	3.177.445	499.935	12.533.194	1.452.956	973.271	-	22.385.713
Obrigações Tributárias	113	5.172	80.115	27.668	147.889	12.165	292.248	14.197	213.569	-	725.514
Contratos de gestão e convênios	-	-	-	-	18.328	-	26.317	-	11.234	-	53.877
Outras Contas a Pagar	593.320	1.886	159.420	48.746	2.495.767	-	199.852	1.533	1.181	(3.414.729)	90.077
Total do passivo circulante	755.878	1.553.887	965.272	1.673.772	8.841.171	556.227	27.683.996	1.607.967	5.223.515	(3.414.729)	45.386.362
Passivo não circulante											
Provisões para contingências	-	311.003	85.361	-	8.505	-	6.285.245	37.719	-	-	6.748.653
Total do passivo não circulante	-	311.003	85.361	-	8.505	-	6.285.245	37.719	-	-	6.748.653
Patrimônio social											
Doações Patrimoniais	115.961	-	-	-	-	-	-	-	-	-	115.961
Superávit (Déficit) acumulado	(413.941)	3.149.735	(315.079)	(158.503)	(6.611.516)	2.119.405	(20.129.560)	541.979	(1.815.109)	-	(23.632.566)
Superávit (Déficit) do exercício	(9.283)	(287.867)	297.721	98.321	(2.308.893)	(1.742.416)	(715.032)	(52.601)	(2.749.898)	-	(2.848.165)
Total do patrimônio social	(307.263)	2.861.868	(17.358)	(68.182)	(4.502.621)	376.990	(20.844.592)	509.378	(4.564.998)	-	(26.356.780)
Total do passivo	448.614	4.746.818	973.474	1.605.590	4.547.121	933.217	13.124.549	2.155.064	658.516	(3.414.729)	25.778.235
Demonstrações de resultados											
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015											
Receitas operacionais											
Recursos dos Contratos de Gestão/Convênios - Estadual	-	-	-	-	-	5.725.997	137.225.850	12.806.136	23.412.958	-	179.168.940
Recursos dos Contratos de Gestão/Convênios - Municipal	-	13.398.375	8.450.550	10.738.263	38.726.207	-	-	-	-	-	71.313.396
Receitas Com Doações	79.975	-	-	-	67.574	-	347.015	243	-	-	494.808
Rev. De Provisão de Contingências	0	0	0	0	0	-	0	0	-	-	0
Outras Receitas Operacionais	1.689.285	-	-	-	83.000	-	1.639.244	269.983	37.959	(1.507.671)	2.193.801
Receita Isenção INSS	78.759	678.615	339.363	528.670	1.417.217	230.578	4.949.572	628.908	444.271	-	8.274.536
1.849.919	14.076.990	8.778.312	11.266.833	48.295.999	5.956.575	144.139.681	13.762.278	23.895.188	(1.507.671)	-	242.445.295
 Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos	(1.489.162)	(12.688.264)	(8.183.347)	(10.896.857)	(35.397.873)	(5.298.272)	(137.802.311)	(12.542.732)	(23.836.739)	(351.818)	(247.737.475)
Superávit bruto	399.857	1.388.726	586.965	770.075	4.898.125	658.303	6.647.371	1.159.538	58.449	(1.859.589)	14.707.820
Despesas Operacionais											
Unidades Públicas	(113.409)	(2.086)	(843)	(22.189)	(1.329.639)	(14.942)	(2.883.556)	(268.535)	(832.551)	-	(5.467.749)
Serviços Profissionais	(183.147)	(594.485)	(309.957)	(207.088)	(965.427)	(512.282)	(4.191.330)	(862.188)	(1.166.269)	351.918	(8.870.863)
Demanda Judicial	-	(256.059)	330.527	-	71.937	-	559.828	37.284	-	-	743.518
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	(117.431)	(990.517)	(407.096)	(414.447)	(346.113)	(1.925.026)	(877.037)	(208.688)	(592.231)	1.507.671	(4.282.882)
Déficit operacional antes do resultado financeiro	(414.130)	(334.422)	199.955	36.352	2.328.883	(1.793.941)	(703.704)	(164.578)	(2.734.601)	-	(3.180.186)
Despesas financeiras	(10.404)	(34.700)	(18.995)	(57.885)	(39.425)	(31.573)	(189.858)	(11.776)	(71.489)	-	(467.705)
Receitas financeiras	15.251	81.255	38.125	111.854	19.436	85.098	178.530	143.752	56.200	-	729.501
Resultado Encerramento Contrato/Convênio	-	-	78.256	-	-	-	-	-	-	-	78.256
(Déficit) superávit do exercício	(9.283)	(287.867)	297.721	98.321	(2.308.893)	(1.742.416)	(715.032)	(52.601)	(2.749.898)	-	(2.848.165)

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2014

Ativo	ESF -						Hospital Menino Jesus	Hospital Geral do Grajáú	Hospital AMEI Interlagos	Hospital Regional de Jundiaí	Ajuste de Combinação	Total
	Matriz	ESF - Estratégia Saúde da Família	Lucy Montoro - Mogi	AMA Peri Peri	AMA Santa Piauí	Cecília Cecília						
Ativo circulante												
Caixa e equivalentes de caixa	1.242	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.242
Recursos vinculados a projetos - Contratos de gestão e convênios	1.333.889	1.006.827	2.213.407	445.840	2.966.478	21.222	11.006	1.347.190	900.966	-	-	9.956.825
Recursos a receber de projetos - Contratos de gestão e convênios	-	1.398.771	6.167.186	968.782	873.487	2.804.437	132.640.200	13.372.704	25.098.000	(165.235.951)	-	18.687.616
Estoques	-	-	-	-	-	265.216	855.916	46.670	417.417	-	-	1.583.219
Máquina entre filiais	155.843	2.521.130	22.843	185.333	170.634	395.988	358	141.359	-	-	(3.593.488)	-
Créditos diversos	34.352	20.048	71.318	39.534	54.323	60.076	494.801	34.291	6.126	-	-	823.869
Total do ativo circulante	1.525.326	4.955.776	8.474.754	1.639.489	4.064.922	3.546.939	134.002.281	14.942.214	26.712.509	(168.829.439)	-	31.054.771
Ativo não circulante												
Depósitos judiciais	-	-	-	41.759	2.726	-	58.820	14.972	-	-	-	118.277
Total do ativo não circulante	-	-	-	41.759	2.726	-	58.820	14.972	-	-	-	118.277
Total do ativo	1.525.326	4.955.776	8.474.754	1.681.248	4.067.648	3.546.939	134.061.101	14.957.186	26.712.509	(168.829.439)	-	31.153.048
Passivo												
Passivo circulante												
Fornecedores	115.249	17.017	98.775	31.238	10.222	3.480.868	10.300.772	189.285	966.083	-	-	15.209.509
Obrigações trabalhistas	262.351	1.709.328	541.685	1.330.714	1.545.730	3.662.059	14.431.435	1.500.090	729.608	-	-	25.803.000
Obrigações tributárias	342	2.466	22.101	13.452	101.315	176.020	213.631	13.235	86.891	-	-	629.453
Máquina entre filiais	460.004	2.225	-	180.869	52.746	2.671.429	151.521	360	74.334	(3.593.488)	-	-
Contratos de gestão e convênios	-	-	5.692.788	-	2.515.689	85.000	122.373.516	12.546.108	26.670.250	(165.235.949)	-	4.647.402
Outras contas a pagar	1.101.321	-	-	-	449	2.575	7.910	1.125	452	(2)	(1.113.830)	-
Total do passivo circulante	1.939.267	1.731.036	6.355.549	1.556.273	4.226.151	10,077,951	147,478,785	14,940,203	28,527,618	(168,829,439)	-	47,403,194
Passivo não circulante												
Provisões para contingências	-	75.004	-	440,653	-	80,502	6,711,877	75,004	-	-	-	7,382,440
Total do passivo não circulante	-	75,004	-	440,653	-	80,502	6,711,877	75,004	-	-	-	7,382,440
Patrimônio social												
Superávit (Déficit) acumulado	(430,763)	2,861,044	2,842,937	(277,766)	(96,895)	(4,059,461)	(22,984,862)	(75,161)	-	-	-	(22,240,927)
Superávit (Déficit) do exercício	36,822	288,602	(723,533)	(37,311)	(61,608)	(2,552,052)	2,855,301	617,140	(1,805,109)	-	-	(1,391,659)
Total do patrimônio social	(413,941)	3,149,646	2,119,405	(315,078)	(158,503)	(6,611,514)	(20,129,561)	541,979	(1,805,109)	-	-	(23,632,586)
Total do passivo	1,525,326	4,955,776	8,474,754	1,681,248	4,067,648	3,546,939	134,061,101	14,957,186	26,712,509	(168,829,439)	-	31,153,048
Demonstrações de resultados												
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014												
Receitas operacionais												
Recursos dos Contratos de Gestão - Estadual	-	-	5,692,779	-	-	-	136,040,200	14,132,699	5,091,910	-	-	160,957,588
Recursos dos Contratos de Gestão - Municipal	-	13,755,179	-	11,283,747	10,171,893	35,253,244	-	-	-	-	-	70,464,063
Receitas com doações	257,650	2,590	-	1,729	188	128,664	289,615	74	-	-	-	680,310
Outras receitas operacionais	1,590,577	-	73	41	-	-	786,716	107,729	-	-	(1,698,241)	786,897
	1,848,227	13,757,569	5,692,854	11,285,517	10,172,081	35,381,908	137,116,531	14,240,502	5,091,910	(1,698,241)	-	232,888,858
Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos	(1,314,227)	(12,076,060)	(5,542,374)	(10,217,331)	(9,662,224)	(29,712,941)	(130,775,413)	(11,426,874)	(5,371,225)	(13,913,037)	(220,011,700)	-
Superávit bruto	534,000	1,681,509	150,480	1,068,186	509,857	5,668,967	16,341,118	2,813,628	(279,315)	(15,611,278)	-	12,877,152
Receitas (despesas) operacionais												
Utilidade pública	(156,511)	(2,837)	(21,936)	(2,003)	(5,574)	(947,071)	(1,987,255)	(205,374)	(143,199)	-	-	(3,471,720)
Serviços profissionais	(144,793)	(459,409)	(975,749)	(355,049)	(257,042)	(6,901,962)	(10,092,721)	(1,773,296)	(1,283,443)	13,913,037	-	(8,330,427)
Demanda judiciais	-	(75,004)	-	(190,653)	-	(80,502)	(247,347)	(75,004)	-	-	-	(667,910)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(199,163)	994,154	(128,893)	(613,832)	(437,556)	(293,304)	(1,159,928)	(208,517)	(221,270)	1,698,241	-	(2,558,376)
Déficit operacional antes do resultado financeiro	33,533	150,105	(976,098)	(92,751)	(190,315)	(2,553,872)	2,853,867	551,437	(1,927,187)	-	-	(2,151,281)
Despesas financeiras	(5,369)	(53,123)	(39,621)	(26,102)	(39,504)	(56,622)	(551,522)	(40,635)	(37,701)	-	-	(650,199)
Receitas financeiras	8,657	191,710	292,186	81,542	168,211	38,442	352,956	106,338	149,779	-	-	1,499,821
	3,288	138,587	252,565	35,440	128,707	1,820	1,434	65,703	112,078	-	-	759,622
(Déficit) superávit do exercício	36,822	288,602	(723,533)	(37,311)	(61,608)	(2,552,052)	2,855,301	617,140	(1,805,109)	-	-	(1,391,659)

31. Tributos e contribuições

Imposto de renda e contribuição social

Em virtude de ser um Instituto sem fins lucrativos, o Instituto goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 2 de setembro de 1975, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999 e artigo 195 da Constituição Federal.

PIS

O Instituto está sujeito ao pagamento da contribuição para o PIS calculado sobre a folha de salários à alíquota de 1%, de acordo com a Lei nº 9.532/97.

COFINS

O Instituto é isento do recolhimento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03.

Renúncia fiscal

Em atendimento a ITG 2002 – entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC n.º 1.409/12, o Instituto apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2015 e de 2014. Estão detalhados os impostos e contribuições com seus respectivos percentuais apurados, ressaltando que se tratam de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

Incidentes sobre a receita (ISS 5%, PIS 0,65% e COFINS 3,0% - regime cumulativo)
Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSLL 34%).

Com base no estudo baseado nas estimativas anteriores, os montantes das principais renúncias fiscais apuradas são:

Incidentes sobre a receita	31/12/2015	31/12/2014
Receita, depois dos descontos	250.482.336	231.421.651
ISS 5%	12.524.117	11.571.083
PIS 0,65%	1.628.135	1.504.241
COFINS 3,0%	7.514.470	6.942.650
	21.666.722	20.017.974
Incidentes sobre o Superávit		
Déficit do exercício	(2.840.155)	(1.391.659)
IRPJ e CSLL 34%	-	-
Total	21.666.722	20.017.974

* * *